



## **Formação de professores para a Educação em Direitos Humanos: uma reflexão meio do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**

*Training teachers for Human Rights Education: a reflection by the Interinstitutional Human Rights Observatory (OIDH) of the Paraná State Court of Justice*

*Formación de docentes para la Educación en Derechos Humanos: una reflexión del Observatorio Interinstitucional de Derechos Humanos (OIDH) del Tribunal de Justicia del Estado de Paraná*

**Ana Luiza Marques Pedraçoli**

Formação: Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL

Instituição vinculada: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: [analuiza.marquespedracoli@uel.br](mailto:analuiza.marquespedracoli@uel.br)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8249-5365>

**Luiz Gustavo Tirolí**

Formação: Mestre em Educação (UEL).

Instituição vinculada: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: [tirolí@uel.br](mailto:tirolí@uel.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7912-8319>

**Adriana Regina de Jesus Santos**

Formação: Pós doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense

Instituição vinculada: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: [adrianar@uel.br](mailto:adrianar@uel.br)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9346-5311>

### **Resumo:**

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo formar indivíduos críticos, capazes de reconhecer, vivenciar, defender e promover os direitos humanos em todos os espaços sociais. Dada sua relevância, é fundamental integrá-la à formação docente, conforme estabelecem as políticas curriculares nacionais brasileiras. Nesse sentido, tem-se o observatório como fonte de dados primários e secundários e espaço formativo continuado. Assim, questiona-se: de que forma o Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) do TJPR pode contribuir para a formação de professores para a Educação em Direitos Humanos nos espaços escolares? O objetivo é identificar as principais implicações do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) do TJPR na formação de professores para o trabalho educativo em direitos humanos no contexto escolar. Trata-se de uma pesquisa de tipo bibliográfica e documental, com análise qualitativa de dados. Os resultados indicam que a formação docente é essencial para a promoção da cidadania e a valorização dos direitos humanos. Iniciativas como as do OIDH e do TJPR evidenciam esforços para

implementar conteúdos de EDH nas escolas, contribuindo para a formação continuada de professores no trabalho educativo com essa temática e para a construção de uma cultura de respeito, promoção e defesa dos direitos humanos nos ambientes escolares.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos. Formação continuada. Formação humana. Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH). Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**Abstract:**

Human Rights Education aims to form critical individuals, capable of recognizing, experiencing, defending, and promoting human rights in all social spaces. Given its relevance, it is essential to integrate it into teacher training, as established by Brazilian national curricular policies. In this sense, the observatory serves as both a source of primary and secondary data and a space for ongoing professional development. Thus, the question arises: how can the Interinstitutional Human Rights Observatory (OIDH) of TJPR contribute to the training of teachers for Human Rights Education in school settings? The objective is to identify the main implications of the Interinstitutional Human Rights Observatory (OIDH) of TJPR in teacher training for human rights education in the school context. This is a bibliographic and documentary research, with qualitative data analysis. The results indicate that teacher training is essential for the promotion of citizenship and the enhancement of human rights. Initiatives like those of OIDH and TJPR highlight efforts to implement Human Rights Education content in schools, contributing to the ongoing professional development of teachers in educational work with this theme and to the construction of a culture of respect, promotion, and defense of human rights in school environments.

**Keywords:** Human Rights Education. Continuing Education. Human Development. Interinstitutional Observatory of Human Rights (OIDH). Court of Justice of the State of Paraná.

**Resumen:**

La Educación en Derechos Humanos busca formar individuos críticos capaces de reconocer, experimentar, defender y promover los derechos humanos en todos los ámbitos sociales. Dada su relevancia, es fundamental integrarla en la formación docente, tal como lo establecen las políticas curriculares nacionales brasileñas. En este sentido, el observatorio funciona como fuente de datos primarios y secundarios y como espacio para la formación continua. Así, surge la pregunta: ¿cómo puede el Observatorio Interinstitucional de Derechos Humanos (OIDH) del Tribunal de Justicia de Paraná (TJPR) contribuir a la formación docente en Educación en Derechos Humanos en el ámbito escolar? El objetivo es identificar las principales implicaciones del OIDH del TJPR en la formación docente para el trabajo educativo en derechos humanos en el contexto escolar. Se trata de una investigación bibliográfica y documental, con análisis de datos cualitativos. Los resultados indican que la formación docente es esencial para la promoción de la ciudadanía y la valoración de los derechos humanos. Iniciativas como las de OIDH y TJPR demuestran los esfuerzos por implementar contenidos de educación en derechos humanos en las escuelas, contribuyendo a la formación continua del profesorado en el trabajo educativo con esta temática y a la construcción de una cultura de respeto, promoción y defensa de los derechos humanos en los entornos escolares.

**Palabras claves:** Educación en derechos humanos. Educación continua. Desarrollo humano. Observatorio Interinstitucional de Derechos Humanos (OIDH). Tribunal de Justicia del Estado de Paraná.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) visa à formação sobre a importância da promoção e defesa dos direitos humanos, a consolidação do regime democrático e a reparação de violações cometidas contra a dignidade da pessoa humana. Dada sua importância, a EDH configura-se como uma política curricular prevista em diversos documentos normativos, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) e a Base Nacional Comum Curricular (2018), entre outros. Trata-se, portanto, de um eixo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Considerando a formação de professores como elemento essencial para a promoção do trabalho educativo em direitos humanos, sendo, inclusive, uma previsão nas políticas curriculares nacionais, destaca-se o papel formativo dos observatórios. Isso porque os observatórios são fonte de dados primários e secundários, por isso, podem se tornar espaços formativos fundamentais, pois trata-se de um locus voltado à pesquisa, reflexão e análise de políticas e práticas educativas, possibilitando que o professor possa transformar seu ser e fazer docente em uma perspectiva crítica e coletiva, a partir, inclusive, da socialização de conhecimentos, saberes, experiências e práticas.

Nesse ponto, busca-se responder à seguinte questão-problema: de que forma o Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) do TJPR pode contribuir para a formação de professores para a Educação em Direitos Humanos nos espaços escolares. O objetivo é identificar as principais implicações do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) do TJPR na formação de professores para o trabalho educativo em direitos humanos no contexto escolar.

A pesquisa é desenvolvida a partir de dois procedimentos metodológicos: pesquisa de tipo bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica envolve a análise qualitativa de dados extraídos do Portal de Periódicos da CAPES. Já a pesquisa documental é realizada por meio da coleta e análise de dados do OIDH, considerando o período de 2012 a 2024, marco temporal que compreende a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos até os dias atuais. A revisão bibliográfica inclui autores como Candau (2012), Silva e Tavares (2013), Santos e Casali (2010), entre outros, para embasar a análise crítica dos dados coletados.

A Educação em Direitos Humanos precisa de maior reconhecimento e valorização, pois suas ações buscam incorporar valores e iniciativas que promovam uma formação reflexiva, ativa e crítica. Analisar como essa política curricular tem se consolidado no ambiente escolar, bem como a forma como professores e alunos se relacionam com essa temática, pode expandir seu espaço e fortalecer sua presença na prática educativa.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A busca pelo conhecimento é um processo essencial na constituição dos seres humanos, possibilitando sua atuação e interação com o mundo e com os outros. Na presente investigação, adota-se a pesquisa de tipo bibliográfica e a pesquisa documental. A escolha pela pesquisa de tipo bibliográfica justifica-se por seu caráter orientador, pois fornece um percurso estruturado desde a formulação do problema até a conclusão do estudo. Conforme Lima e Miotto (2007), esse tipo de investigação permite ao pesquisador aprofundar a temática de acordo com sua concepção de mundo e de ser humano, revelando as interações estabelecidas com a realidade. Além disso, a pesquisa de tipo bibliográfica possibilita a identificação, análise e inter-relação das informações contidas no material selecionado, permitindo verificar sua consistência e relevância (Lima; Miotto, 2007).

O objetivo da pesquisa bibliográfica é reunir materiais científicos sobre a temática, contribuindo para a definição do problema e do método adequado, com base em estudos já publicados (Sousa; Oliveira; Alves, 2021). Para tanto, é fundamental que o pesquisador selecione criteriosamente as produções analisadas, assegurando que sirvam de referência para a discussão e as considerações finais da pesquisa.

Isto posto, na primeira etapa da investigação, foi realizada a pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa de dados extraídos do Portal de Periódicos da CAPES, considerando o período de 2012 a 2024. Esse recorte temporal abrange desde a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos até os dias atuais. Os termos de busca utilizados foram “Educação em Direitos Humanos”, que apresentou 3.511 trabalhos publicados, “Formação de Professores” com 29.586 publicações e “Educação Básica” em 26.174 artigos encontrados, a junção destes três termos resultou na identificação inicial de 46 artigos.

Ao restringir a busca à área de Ciências Humanas, foram identificados 44 trabalhos. Posteriormente, ao delimitar para produções nacionais, obtiveram-se 34 estudos, dentre esses, alguns não abordavam a respeito da temática da presente investigação e, a partir da análise qualitativa e considerando o problema de pesquisa, foram selecionados 5 artigos.

Outrossim, na consecução do objetivo de discutir o papel do observatório para o processo formativo de professores para a Educação em Direitos Humanos, tendo como parâmetro o Portal de Periódicos da CAPES, foram utilizados os seguintes termos de busca: “Educação em Direitos Humanos” apresentando 3.511 trabalhos, “Formação de Professores” com 29.586 artigos e “Observatório” com 10.085 publicações, considerando o mesmo recorte temporal de 2012 a 2024. No entanto, após a união dos três termos, constatou-se seis resultados, dos quais quatro não se

relacionavam com o objeto da pesquisa por tratarem de temáticas distintas, reduzindo-se a apenas dois trabalhos relevantes. Isso evidencia a ausência de artigos que abordem diretamente essa temática, revelando uma lacuna na produção acadêmica sobre o papel do observatório na formação docente.

No segundo momento, na perspectiva da pesquisa documental, tem-se a investigação sobre a relevância do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) para a formação de professores para o trabalho educativo em direitos humanos. O documento analisado é o Relatório Anual de Atividades de 2023 do OIDH, perquerindo os limites e possibilidades dos projetos desenvolvidos pelo observatório para o processo de formação de professores para a Educação em Direitos Humanos nos espaços escolares.

Ao final da investigação é realizada uma revisão bibliográfica para fundamentar e analisar as práticas educacionais, com base em autores como Candau (2012), Silva e Tavares (2013), Santos e Casali (2010), entre outros estudiosos da área. O objetivo dessa etapa é analisar os dados à luz das discussões teórico-metodológicas conduzidas pelos pesquisadores do campo educativo.

Assim, as análises realizadas possibilitam reflexões sobre a formação docente e o desenvolvimento de projetos que integrem a EDH nas práticas escolares. A formação e a compreensão dos direitos humanos, por meio de ações que promovam a cidadania, o respeito e a valorização dos indivíduos, são fundamentais para fortalecer uma cultura de direitos e para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

### **3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM PANORAMA CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS**

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma política curricular prevista para toda a educação básica, com currículos e normas já estabelecidas, por meio do Plano de Educação em Direitos Humanos (2006), das Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos (2012), além de elementos presentes na Base Nacional Comum Curricular (2018) e outros documentos relevantes. No entanto, a promoção de uma cultura de direitos humanos no cotidiano dos indivíduos ainda não é amplamente difundida, evidenciando a necessidade de um olhar mais aprofundado para o tratamento dessa temática, que já está prevista nas políticas curriculares nacionais.

Nesse sentido, a EDH tem como objetivo formar os indivíduos para a criação, defesa e promoção dos direitos humanos em todos os espaços sociais, promovendo o desenvolvimento da autonomia, a valorização da democracia e a vida em comunidade. No contexto brasileiro, Silva e

Tavares (2013, p. 51) destacam que:

Tratar da Educação em Direitos Humanos no Brasil é uma das exigências e urgências para que possamos ter uma formação mais humanizadora das pessoas e o fortalecimento dos regimes políticos democráticos na sociedade.

Dada a importância da temática, entre outras ações, destaca-se a necessidade de promover a formação de professores para os processos educativos em direitos humanos, haja vista a sua relevância para o campo educacional, pois com as demandas sociais e educacionais vigentes, é necessário cada vez mais que os docentes busquem uma qualificação para não somente enriquecer a sua carreira formativa, mas também para envolver as temáticas estudadas no cotidiano escolar. Segundo Moreira (2021, p. 35), a formação de professores deve estar fundamenta em um processo formativo que seja profundamente teórico, científico e cultural.

Sustento que essa formação não pode ser vista apenas como uma atividade prática que vise, principalmente, a capacitar o docente a dominar técnicas e métodos [...] mas como atividade intelectual, pautada pelo exercício consciente da crítica e por uma postura humanista.

A formação docente requer compromisso, intencionalidade e determinação com a emancipação humana, e com a EDH, esse processo se torna ainda mais importante. Conforme afirmam Tiroli e Santos (2022, p. 20), deve-se almejar “um professor comprometido com a emancipação dos alunos contra toda forma de opressão, que não apenas ensina, mas forma e transforma”. Nesse sentido, formar professores para o trabalho educativo em direitos humanos é fundamental e discutir essa temática é uma necessidade contemporânea a fim de que as políticas curriculares nacionais previstas para a temática possam se efetivar na realidade escolar.

Além disso, a Resolução CNE/CP n. 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), especificamente no art. 14, §2º, que versa sobre os currículos para a formação inicial docente (Brasil, 2024, p. 14), diz que:

§ 2º Os cursos de formação inicial deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas pública e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Libras e Educação Especial.

Portanto, a política curricular nacional voltada à formação inicial de professores, entre suas recomendações e conteúdos, destaca a necessidade da temática dos direitos humanos como um dos conhecimentos a ser desenvolvido. Em consonância com essa perspectiva, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018, p. 16) estabelece metas relacionadas à formação e capacitação de profissionais, destacando:

Promover a formação inicial e continuada dos profissionais, especialmente aqueles da área de educação e de educadores(as) sociais, em direitos humanos, contemplando as áreas do PNEDH.

Oportunizar ações de ensino, pesquisa e extensão com foco na educação em direitos humanos, na formação inicial dos profissionais de educação e de outras áreas.

Estabelecer diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de profissionais em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino.

Inserir o tema dos direitos humanos como conteúdo curricular na formação de agentes sociais públicos e privados.

A formação docente para a Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma necessidade urgente, pois os professores desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da consciência crítica e na construção de conhecimentos sobre o tema. Para que possam efetivamente colocá-la em prática e defendê-la, é essencial que esses profissionais tenham acesso a uma formação profundamente crítica, científica, teórica e cultural.

Diante desse contexto, a primeira etapa desta pesquisa consistiu na análise de artigos científicos publicados sobre a formação de professores para a EDH. Com base nos critérios de busca descritos nos procedimentos metodológicos, foram selecionados cinco artigos:

1. “A formação de professores para a educação em direitos humanos analisada sob a ótica da organização do trabalho didático: tecendo algumas considerações”, de Cristaldo (2015);
2. “Educação, Direitos Humanos e Formação de Professores: Reflexões e proposições”, de Viveiros (2020);
3. “Decolonialidade, Democracia e Arte da Pesquisa Sociopoética na Educação em Direitos Humanos”, de Silva e Adad (2020);
4. “A Educação em e para Direitos Humanos: uma proposta de formação para professores da Educação Básica”, de Lima e Loureiro (2023);

5. “Formação continuada em direitos humanos para professores da rede pública de educação básica”, de Bringmann et al. (2023).

Em primeiro lugar, o artigo “A formação de professores para a educação em direitos humanos analisada sob a ótica da organização do trabalho didático: tecendo algumas considerações”, de Cristaldo (2015), discute a relação entre a formação docente em direitos humanos e a organização do trabalho didático, fundamentando-se no Materialismo Histórico e Dialético a partir da categoria historicidade. A pesquisa analisou o material do projeto Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos (REDH/BRASIL), desenvolvido por 15 universidades federais e pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os resultados revelam que o projeto não aborda adequadamente as desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, o que limita a superação das injustiças presentes na estrutura social vigente. A autora sugere que a abordagem poderia ser aprimorada ao incluir aspectos concretos da realidade, superando a abstração e a parcialidade dos conteúdos.

Segundo Cristaldo (2015), a EDH possui o potencial de construir um projeto contra-hegemônico, permitindo que os educadores compreendam a realidade para além dos interesses sociais dominantes, dado que essa realidade é marcada por contradições. Assim, destaca-se a necessidade de um olhar crítico e abrangente sobre o contexto atual, garantindo que os direitos humanos sejam compreendidos em sua totalidade e implementados de forma concreta.

Ainda ao longo do texto, a autora destaca que o material analisado na pesquisa carece de fundamentação teórica para o curso de formação de professores na EDH e que esse curso não possui uma estrutura adequada. Além de ser realizado a distância, não oferece as melhores condições pedagógicas para a aprendizagem e o desenvolvimento dos conteúdos.

Dessa forma, é necessário refletir não apenas sobre a formação em EDH, mas também sobre como ela deve ser conduzida, de que maneira deve impactar e preparar os professores em formação, e que qualidade e conhecimento eles carregarão consigo para ensinar às gerações futuras, conforme aponta Gatti (2010, p. 1375).

A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização - ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil.

Enfatiza-se a importância de abordar os conteúdos de forma intencional, integrando-os à prática educacional de maneira consciente. Esse processo contribui para que educadores e alunos

compreendam as contradições e limites da sociedade capitalista e seus impactos na contemporaneidade.

O segundo artigo analisado, “Educação, Direitos Humanos e Formação de Professores: Reflexões e Proposições”, de Viveiros (2020), examina a relação entre educação, direitos humanos e formação docente na educação básica, enfatizando o papel do Estado na promoção desses direitos e os mecanismos utilizados para sua implementação. O estudo discute as reformas curriculares em consonância com políticas dominantes e analisa como a formação de professores se conecta a questões de pobreza e desigualdade social.

A autora propõe um diálogo sobre o papel dos docentes na defesa dos direitos humanos, destacando a importância do Estado na formulação de políticas públicas que assegurem uma educação inclusiva e voltada para as necessidades dos grupos vulneráveis. Além disso, Viveiros (2020) reforça a relevância da EDH em todos os níveis de ensino, considerando-a fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática.

O texto alerta para a formação docente em direitos humanos como um caminho para repensar práticas educativas capazes de transformar a realidade presente e futura. Nesse sentido, é relevante destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012), uma das políticas curriculares vigentes. Essas diretrizes estabelecem como premissa fundamental (Brasil, 2012, p. 8) a necessidade e importância de uma formação que seja profundamente ética, crítico e política, que seja um processo formativo que contemple, entre outros,

[...] atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional.

Diante das políticas curriculares voltadas para a Educação em Direitos Humanos (EDH), torna-se essencial revisitar o currículo escolar e as práticas didáticas para integrar essas temáticas ao cotidiano escolar. Isso exige um compromisso com a ampliação da formação docente, garantindo que os professores tenham suporte para abordar tais conteúdos em sala de aula, respaldados por um currículo mais inclusivo e diversificado.

Além disso, é fundamental assegurar uma educação de qualidade, que contemple tanto o ensino quanto as condições estruturais e de trabalho nas escolas. Conforme destacam Fernandes e Paludeto (2010, p. 238), é necessário “[...] estruturas escolares adequadas, condições básicas de trabalho aos profissionais da escola, enfim, tornar as leis um fato, ou seja, sair do texto e se direcionar para o contexto”.

A qualidade educacional resulta da interação entre estrutura e infraestrutura, ambas interligadas e alinhadas aos critérios estabelecidos pelos direitos humanos. Essa perspectiva também se reflete na formação docente, que deve incorporar tais princípios.

O terceiro artigo analisado, “Decolonialidade, Democracia e Arte da Pesquisa Sociopoética na Educação em Direitos Humanos”, de Silva e Adad (2020), apresenta uma pesquisa doutoral que utiliza o método sociopoético para investigar a formação de professoras na EDH em um contexto de violação de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens da educação básica. O estudo foi realizado em uma escola filantrópica e periférica da região do Grande Parque Alvorada, localizada na fronteira entre os estados do Maranhão e Piauí.

A pesquisa, fundamentada na abordagem sociopoética, promoveu ações educativas baseadas no uso do corpo, na arte e na produção coletiva e democrática do conhecimento, valorizando a cultura africana sem recorrer a métodos eurocêntricos.

As autoras destacam as principais atividades desenvolvidas durante a formação docente voltada para crianças e adolescentes (Silva; Adad, 2020, p. 15):

As experiências e as criações das co-pesquisadoras trazem como principais conceitos do que é Educar em Direitos Humanos entre crianças e adolescentes as ideias de circularidade dançante e de alacridade advindas dos elementos afrodescendentes na cultura do grupo. Esse educar aparece em muitos confetos, tais como: o educar na ciranda, em que todos têm vez e voz e o outro é respeitado em suas diferenças; o educar acolhida nas diferenças no/em círculo, que passa por uma visão da escola-círculo, sendo esse o lugar de resolver os problemas; o círculo do educar com amor; o educar círculo-alegria; o laço-abraço da convivência no círculo; educar saia-dançante dos Direitos Humanos; o Educar em Direitos Humanos Borboleta-Pipa-Brincante, destacando a brincadeira, a leveza como princípios básicos de uma educação com crianças e adolescentes e como um direito.

Os elementos apresentados acima representam ações características da comunidade e estão diretamente relacionadas ao seu contexto. Por isso, são aproveitados e adaptados à realidade escolar, promovendo uma educação que ressignifica não apenas a história e a cultura afrodescendente, mas também a identidade que ela carrega. Dessa forma, crianças e adolescentes podem se inspirar e orgulhar-se de suas raízes, que são valorizadas e mantidas vivas por meio dessas práticas.

O trabalho desenvolvido com os professores teve como objetivo evitar o individualismo e incentivar o coletivismo nas ações, promovendo a democracia e a colaboração na produção de conhecimento durante a formação para a EDH. Além disso, destacou-se a valorização da união feminina, reconhecendo o papel central das educadoras que estão na linha de frente da educação de crianças e adolescentes (Silva; Adad, 2020).

Assim como os direitos humanos são elementos fundamentais da identidade e da cultura, a

educação e a formação docente devem estabelecer conexões contínuas com seu público, reafirmando diariamente seus princípios. O professor, por meio de sua atuação, desempenha um papel essencial no fortalecimento desse debate, contribuindo para a construção de uma escola inclusiva, democrática, plural e promotora dos direitos humanos (Ferreira, 2020).

Dessa forma, a formação de profissionais em direitos humanos deve ir além do reconhecimento da própria realidade e do público com quem trabalham, incentivando também o desenvolvimento de parcerias entre diferentes esferas do ambiente educacional. Esse processo permite transformar e viabilizar uma educação acessível para os membros da comunidade escolar.

O quarto estudo analisado, intitulado “A Educação em e para Direitos Humanos: uma proposta de formação para professores da Educação Básica”, de Lima e Loureiro (2023), investiga a efetividade da educação em/para os direitos humanos na prática dos professores do Sistema Municipal de Ensino do Crato-CE. A pesquisa foi conduzida por meio de um curso de formação continuada de 60 horas, utilizando uma abordagem qualitativa com metodologia de estudo de caso e pesquisa-ação. Foram aplicados questionários, realizada observação participante junto aos professores e feita revisão bibliográfica.

Os resultados indicaram que a transversalidade da educação em direitos humanos ainda não está plenamente integrada aos currículos e práticas escolares, evidenciando a necessidade de uma mudança cultural. Essa transformação deve ocorrer não apenas por meio de leis ou decretos, mas também por uma educação problematizadora e por uma formação que valorize a reflexão, a pesquisa e práticas pedagógicas que fomentem uma consciência crítica, política e ética, promovendo a dignidade e a transformação social dos indivíduos.

O estudo descreve que a formação docente, baseada nos princípios da EDH, foi realizada de forma remota, utilizando plataformas como Google Meet, Google Classroom e WhatsApp, no período noturno. As atividades seguiram as orientações da Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), com foco na aplicação crítica da EDH à realidade escolar. Quanto aos procedimentos empregados, os autores destacam que:

As metodologias usadas pelos professores eram diversas, desde a exposição dialogada dos conteúdos, a realização de debates, diálogos, questionamentos, relatos de experiências dos cursistas, comparação de casos, realização de leituras, utilização de metáforas e analogias, vídeos, músicas, cartilhas, indicação de websites, trechos de filmes, documentários e outros recursos didáticos para o envolvimento e a interação entre todos os participantes do curso. A construção da fala, em toda a formação, era no sentido horizontal de construção e transformação da práxis, mesmo acontecendo de forma virtual, por meio de uma sala de aula remota (Lima; Loureiro, 2023, p. 9265).

E assim como no trabalho anterior, o currículo e as metodologias educacionais se mostram centrais para a promoção efetiva da EDH, começando, primeiramente, pelo debate em torno do currículo. Nesse ponto, para Santos e Casali (2010, p. 227):

Faz-se necessário ressaltar que o currículo necessita ser percebido como um território a ser contestado diariamente, pois é através dele que se pode pensar e legitimar o conhecimento que se pretende: para quem, para quê e como, tendo como parâmetro a visão de mundo, de sociedade e de educação em que se acredita.

Em uma segunda instância, é fundamental preocupar-se em desenvolver estratégias didático-pedagógicas capazes da complexidade da temática, adotando métodos que estejam social e culturalmente vinculados à vida dos estudantes, como diz Maciel (2016, p. 49):

É preciso que todos tenham acesso a uma educação em/para os direitos humanos desde os primeiros anos de vida. Sendo assim, é preciso que os(as) educadores(as) interiorizem a importância da educação em direitos humanos refletindo cotidianamente em sua prática pedagógica ações voltadas à mudança do atual quadro de violações, violência e marginalização. A aproximação da formação do educador com a educação em direitos humanos resulta, entre várias outras coisas, na promoção da inclusão social nos espaços escolares.

O docente, como promotor dos Direitos Humanos, deve pensar em formar um sujeito crítico, capaz de refletir a respeito dos direitos humanos, da sua necessidade, das razões de sua violação e da importância da sua defesa e promoção no contexto da sociabilidade capitalista, empoderando grupos minoritários (Candau, 2008). Portanto, o trabalho docente permite ampliar o conhecimento sobre os direitos humanos, bem como as estratégias para a sua efetivação.

Por último, o artigo “Formação continuada em direitos humanos para professores da rede pública de educação básica” de Bringmann et al. (2023) resultou de um projeto de extensão universitária, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Educação e Direitos Humanos, vinculado ao Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC), que tratava dos Direitos Humanos para professores da rede pública de educação básica de Florianópolis e região feito em 2019, de início presencial e finalizado em 2021 de forma remota devido ao advento da pandemia da Covid-19. Apesar das adversidades na modalidade de ensino (presencial para o remoto), o trabalho rendeu dentre outros aspectos positivos: sensibilização, consciência crítica e a defesa dos direitos humanos na comunidade escolar.

Conforme as autoras, essa iniciativa foi organizada da seguinte maneira:

Na primeira parte, foram trabalhados os conceitos básicos de direitos humanos, ética no sistema educacional e as formas de assédio como violência e ofensa a direitos fundamentais. Na segunda parte, foram explicados os estereótipos de gênero, os tipos de violência e suas consequências psicológicas. Cerca de 30 professores de diferentes disciplinas estiveram no auditório da escola para essa oficina e apresentaram grande interesse no tema e diversas perguntas ao final das falas. Esse trabalho seria continuado pelos professores e professoras em suas turmas, através do desenvolvimento de projetos interdisciplinares no tema gênero. Com o advento da pandemia de Covid-19 em março de 2020, as atividades presenciais na UFSC foram interrompidas em todos os centros e departamentos, assim como nas escolas estaduais, municipais e privadas. Por conta da situação pandêmica, foi necessário repensar o formato e as metodologias utilizadas para a formação docente. Através de reuniões virtuais ao longo do primeiro semestre de 2020, o GT estruturou ações que possibilitassem a continuidade do projeto de formação, adaptadas ao formato virtual. Surge assim a ideia da realização de ciclos de debates virtuais, abertos ao público em geral. Deste modo, foram organizados entre junho e dezembro de 2020, dois ciclos de debates virtuais intitulados *Conversas sobre Direitos Humanos* (ciclo 1 e ciclo 2). (...) no início de 2021 decidiu incluir nas reuniões do GT discussões sobre como a pandemia estava afetando as vidas dos(as) profissionais da educação e dos(as) próprios(as) estudantes das redes de educação básica em Santa Catarina, mais especificamente na Grande Florianópolis (Bringmann *et al.*, 2023, p. 14 -15).

As iniciativas interinstitucionais são estratégicas por viabilizarem a interação entre a universidade e diferentes segmentos da sociedade, possibilitando a ampliação do impacto social da formação acadêmica. Esse processo configura um movimento dialógico, pautado no princípio da promoção da formação em Direitos Humanos. Nesse contexto, estudantes e professores da rede pública colaboram na construção de práticas pedagógicas que ressignificam e aprofundam o trabalho educativo em direitos humanos.

Diante da realidade que permeia a temática da pesquisa, torna-se imperativo incorporar a EDH de maneira sistemática ao cotidiano escolar, aos currículos e aos programas de formação docente. No entanto, essa abordagem deve extrapolar essas instâncias formais, abrangendo também a construção crítica do imaginário social. Assim, a promoção da EDH deve estar orientada para o desenvolvimento de uma consciência sobre a relevância dos direitos humanos, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Ainda que o avanço nesse campo ocorra de forma gradual e desafiadora, a internalização dos princípios da EDH pode fomentar a construção de uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais, sobretudo os escolares, pois esse processo inicia-se na trajetória escolar e pode expandir-se para múltiplos contextos sociais, como a família, o ambiente de trabalho, os espaços de lazer e outras esferas da vida em sociedade.

Na consecução desse objetivo, dentre as diversas estratégias voltadas para a formação de professores para a Educação em Direitos Humanos, destaca-se o observatório como um espaço de formação continuada. A segunda etapa da pesquisa de tipo bibliográfica investiga essa possibilidade

com base nos seguintes trabalhos:

1. “Observatório da Educação em Direitos Humanos (OBEDHUC) e a Formação de Professores no estado da Bahia aspectos institucionais, epistemológicos, metodológicos e éticos”, de Rocha (2017) e
2. “Violência Escolar no município de Ladário - MS: um relato sobre formação para criação de observatório”, de Ferreira, Martins e Lima (2021).

O artigo “Observatório da Educação em Direitos Humanos (OBEDHUC) e a Formação de Professores no Estado da Bahia: Aspectos Institucionais, Epistemológicos, Metodológicos e Éticos”, de autoria de Rocha (2017), discute como o OBEDHUC, no período de 2013 a 2016, desenvolveu ações voltadas para a formação de profissionais da educação (professores e gestores) da rede de educação básica e da universidade, com o objetivo de implementar práticas e abordagens em e para os direitos humanos.

Inicialmente concebida como um projeto desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), essa iniciativa ganhou relevância e consolidou-se como um laboratório dentro do centro de pesquisa.

O OBEDHUC se organiza e atua com base nas seguintes ações descritas por Rocha (2015, p. 15-17):

O Observatório da Educação em Direitos Humanos (OBEDHUC)<sup>1</sup> foi criado no ano de 2013 a partir da chamada pública 049/2012 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Secretaria Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), dentro do Programa Observatório da Educação (OBEDUC), instituído pelo Decreto Presidencial 5.803 de 08 de junho de 2006, com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizem a infraestrutura disponível das instituições de ensino superior (IES) e as bases de dados existentes no INEP. O Programa OBEDUC/CAPES visa, principalmente, proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado. Com base no objetivo do Programa OBEDUC/CAPES e nas Diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011 a 2020, principalmente, em relação à cooperação da pós-graduação stricto sensu com a educação básica e a redução das assimetrias intra e inter-regionais, a missão do OBEDHUC é ser um ponto de convergência para a rede de pesquisa e formação de profissionais em educação em temas como: Educação em e para os Direitos Humanos (EDH); Educação para a Diversidade (ED); Educação para as relações étnico-raciais (ERC); Educação Ambiental (EA); Educação Planetária ou Global (EG)<sup>2</sup> entre outras. Em seu processo de institucionalização o OBEDHUC está atrelado ao Grupo de Pesquisa Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH/UNEB/CNPq) e a 03 (três) programas de pós-graduação stricto sensu: Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia aplicada à Educação (GESTEC); Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia aplicada à Inovação (PROFNIT); Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC). O OBEDHUC é considerado um laboratório de pesquisa por estes programas, essa relação com a pós-graduação acaba por atrair muitos jovens pesquisadores para o Observatório pela possibilidade de nele amadurecer seus

projetos de investigação, antes de submeter a pós-graduação. Na figura 01, apresentamos a relação entre laboratório – grupo de pesquisa – centro de pesquisa.

Além disso, a organização da formação de profissionais da educação baseou-se no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos da ONU e na Constituição Federal de 1988. Como proposta metodológica, foram oferecidos seminários e atividades conduzidas pela metodologia de Abordagem Baseada em Direitos Humanos (Human Rights-Based Approaches), que opera da seguinte maneira (Rocha, 2015, p. 20):

Em nossas atividades utilizamos uma metodologia conhecida como Abordagem Baseada em Direitos humanos (Human Right-Based Aprooaches) que parte do princípio de que a não prestação de serviços públicos essenciais pelo Estado, em última análise, é uma violação a direitos humanos. A RBA está fundamentada na estrutura normativa dos direitos humanos e em intervenções diretas visando desenvolver a capacidade dos detentores de direito de reivindicar seus direitos e a habilidade dos encarregados (agentes públicos) em cumprir suas obrigações. Em outras palavras, a abordagem baseada em direitos pretende contribuir para que a população de forma cívica e cidadã passa a reivindicar seus direitos previstos na legislação nacional e internacional e a participar do espaço público de decisão.

Além disso, de acordo com o PNDH (2018, p.19):

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas.

O foco da formação de profissionais da educação é a escola. A iniciativa de alinhar as oportunidades de formação continuada para profissionais da rede, garantindo qualidade e compromisso com os direitos humanos por meio do observatório, possibilita uma articulação entre a universidade e a educação básica. Esse espaço favorece tanto a aprendizagem e o aperfeiçoamento dos docentes em exercício quanto o aprofundamento do conhecimento, por parte de estudantes e pesquisadores, sobre o cotidiano escolar, suas demandas e desafios.

O outro artigo encontrado, intitulado “Violência Escolar no município de Ladário - MS: um relato sobre formação para criação de observatório”, de autoria de Ferreira, Martins e Lima (2021), apresenta um relato de experiência sobre a implementação de uma disciplina especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. A proposta dessa disciplina era realizar um programa de formação de professores da rede pública voltado à prevenção, identificação e combate à violência no ambiente escolar. Como

resultado, foi estruturado um observatório, aprovado pelo CNPq na Chamada *Cidadania, Violência e Direitos Humanos*, iniciado em fevereiro de 2018, com duração prevista de 35 meses, na cidade de Ladário (MS).

A disciplina foi organizada em módulos, abrangendo os seguintes temas: “(a) proposta de pesquisa empírica e interdisciplinar da Teoria Crítica da Sociedade, (b) bullying e preconceito e (c) observatórios de prevenção à violência e projetos aplicativos para escolas” (Ferreira, Martins e Lima, 2021, p. 90). A seguir, são descritas algumas das etapas realizadas e analisadas pelas autoras (Ferreira, Martins e Lima, 2021, p. 93-94):

Sob a luz do referencial teórico adotado, iniciou-se o estudo da incidência de violência (em suas diversas formas de manifestação) no contexto escolar, o qual culminou na criação de um observatório para a identificação, prevenção e enfrentamento de violências que possam se manifestar nos ambientes educacionais. Os professores participantes da formação salientaram a importância dos conhecimentos adquiridos, que lhes propiciaram enxergar a violência por trás de situações que encaravam com naturalidade. Espera-se que a implantação do observatório possibilite instalar uma cultura de paz nas escolas.

O projeto foi uma excelente oportunidade para envolver diversos agentes universitários, estagiários, professores e outros membros no tratamento de questões relacionadas à formação docente, além de contribuir para a promoção dos direitos humanos, facilitando o acesso por meio da criação do observatório. Por isso, faz-se necessário ressaltar que os direitos humanos são questões centrais nas sociedades contemporâneas, abrangendo desde problemas de grande escala até questões locais, em níveis nacionais ou internacionais, sendo afirmados ou negados, e influenciando a vida individual, comunitária e coletiva (Candau, 2012).

Ao final das análises, foi interessante perceber a importância e o impacto das ações dos observatórios em prol da educação em direitos humanos, especialmente no que diz respeito à formação docente. Portanto, é fundamental comunicar essas ações e investigá-las em pesquisas, cursos de formação e materiais, para que mais pessoas possam ser formadas e formar outros por meio delas.

Na próxima seção desta pesquisa, diante da escassez de trabalhos publicados que versem sobre a relação entre observatórios e a formação de professores para a Educação em Direitos Humanos, propõe-se analisar o Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH), uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), como um espaço que contribui para a formação continuada de educadores para o trabalho educativo em direitos humanos.

#### **4. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISE DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO OBSERVATÓRIO INTERINSTITUCIONAL DE DIREITOS HUMANOS (OIDH) DO ANO DE 2023**

Nesta etapa da pesquisa, realiza-se a análise do documento “Relatório Anual de Atividades de 2023 do OIDH”, cujo objetivo é apresentar os resultados das ações realizadas ao longo do ano, com foco na promoção dos direitos humanos, visando à revisão, construção e execução de ações no âmbito do sistema judiciário do estado do Paraná (TJPR, 2024).

Criado em 8 de março de 2021, por meio da Resolução n. 287-OE do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH) busca fortalecer a relação entre o sistema judiciário paranaense e outras instituições que atuam na defesa dos direitos humanos, promovendo projetos, políticas e diretrizes nesse âmbito (TJPR, 2021). Entre suas atividades destacam-se as ações voltadas à EDH, e a presente pesquisa busca contribuir para compreender as implicações e possibilidades dessas ações para a formação de professores para o trabalho educativo em direitos humanos no âmbito escolar.

Atualmente, o Observatório mantém em ação dez projetos e programas voltados à promoção da dignidade e dos direitos humanos, sendo um deles especificamente direcionado à Educação Básica: o Programa Escolas Humanizadas. Criado em 2023, o programa tem como objetivo levar ações e projetos na área educacional, envolvendo toda a comunidade escolar. Ele se desdobra em outros quatro projetos: Pesquisa-Ação nas Escolas, Cevid-Educatron, Sensibilização da Comunidade Escolar/Escolas Colaborativas e Se Liga na Justiça. Todos esses programas são interinstitucionais e realizados em escolas municipais do estado do Paraná, com estreita relação com o Sistema Judiciário paranaense. Cada um desses projetos é interdependente, com o intuito de atender às demandas específicas da comunidade escolar, possuindo suas próprias particularidades e públicos-alvo (TJPR, 2023).

Abaixo, são apresentadas as relações entre o Programa Escolas Humanizadas e os demais projetos realizados pelo OIDH, conforme descrito no relatório de 2023:

### **Imagem 1: Programa Escolas Humanizadas e suas ramificações com outros programas desenvolvidos pelo OIDH:**



Fonte: Relatório Anual de Atividades desenvolvidas pelo OIDH (TJPR, 2023, p. 9).

O Projeto Pesquisa-Ação nas Escolas surgiu de um Acordo de Cooperação entre o TJPR e as entidades do OIDH, a Associação Paranaense de Cultura (APC) e o Ateliê de Inovação (AI), com o objetivo de aprofundar a pesquisa nas escolas públicas, oferecendo formação em direitos humanos para profissionais da gestão escolar, com foco na resolução pacífica de conflitos e na valorização da cidadania (TJPR, 2023).

De acordo com o relatório de atividades, o projeto está em funcionamento em 10 escolas e utiliza a metodologia de pesquisa-ação com o auxílio de profissionais do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGDH-PUCPR). O foco da pesquisa é compreender as percepções dos estudantes sobre temas como trabalho, projeto de vida, família, violência, direitos humanos e formas de gestão de conflitos. Após essa etapa, são promovidos cursos de capacitação e mediações para a pacificação dos conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

O projeto traz discussões essenciais para as escolas, especialmente para os processos formativos dos professores, impactando tanto a formação dos estudantes quanto o desenvolvimento profissional dos educadores. Dessa forma, estabelece um caminho para a construção de uma formação humana e cidadã nos espaços escolares.

A promoção da educação por meio de ações formativas, como as descritas neste projeto, busca

articular as esferas educacional e social em uma abordagem interinstitucional voltada para os direitos humanos. A parceria entre o Observatório e a Escola possibilita a convergência de iniciativas comprometidas com a promoção dos direitos humanos, fundamentadas na conscientização, no respeito e na valorização da Educação em Direitos Humanos (EDH).

Além disso, o Observatório se consolida como um espaço de formação continuada para os professores. Ao disponibilizar dados, informações, conhecimentos e práticas, torna-se um referencial essencial para a formação docente. Isso porque a falta de acesso a dados e a indisponibilidade de informações de pesquisa impactam diretamente a formação de novos pesquisadores. Sem bases de dados públicas e acessíveis, a produção acadêmica e científica fica comprometida, dificultando o desenvolvimento de investigações e questionamentos para a construção do conhecimento.

No contexto educacional, em que o conhecimento tem o condão de impulsionar transformações sociais, a Educação em Direitos Humanos (EDH) se insere como um elemento essencial desse processo. Com o suporte oferecido pelo OIDH, professores, gestores, funcionários, alunos e demais membros da comunidade escolar podem encontrar caminhos para incorporar a EDH em seu cotidiano com vistas a formação humana.

O Observatório pode atuar como um repositório de dados que fomentam discussões e reflexões dialéticas sobre a realidade e as transformações sociais em curso. Como ferramenta diagnóstica do cotidiano escolar, pode contribuir para a análise das condições de implementação das políticas públicas voltadas a EDH e, conseqüentemente, para a formação continuada dos docentes.

Dessa forma, o OIDH oferece oportunidades para que os professores realizem trocas e análises, incentivando o desenvolvimento de novas ações em suas respectivas realidades escolares em prol dos Direitos Humanos. A possibilidade de reconhecer padrões recorrentes e relacioná-los às próprias vivências permite uma apreensão analítica sobre a realidade educacional.

Na sequência, tem-se o projeto Cevid-Educatron, que também resulta de uma ação conjunta envolvendo colaboradores externos ao OIDH, como o Ateliê de Inovação (AI), a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), a Escola Judicial do Paraná (Ejud-PR), além do apoio de programas educacionais como o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGDH-PUCPR) e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) (TJPR, 2023).

O projeto tem como objetivo a disseminação de informações para toda a comunidade escolar e para a sociedade sobre a prevenção e resolução de conflitos. Isso é realizado por meio de dinâmicas que envolvem instruções transmitidas ao vivo para as escolas da rede estadual, utilizando o kit Educatron, que inclui uma smart TV de 43 polegadas, computador, webcam, microfones, teclado com

mouse pad e pedestal regulável, além de equipamentos de wi-fi. Esses materiais são distribuídos pela SEED-PR para todas as escolas, permitindo que sejam usados tanto em sala de aula quanto para comunicação com palestrantes e docentes de diferentes locais.

O relatório apresenta um histórico das ações realizadas no âmbito deste projeto:

A primeira edição do projeto foi realizada entre os dias 15 e 18 de agosto de 2023. O vídeo elaborado para o presente projeto, que buscou transmitir informações que possam contribuir para a prevenção da ocorrência de violência doméstica e familiar, foi disponibilizado pelo Educatron para 22 mil salas de aula de 2.104 escolas estaduais, atingindo aproximadamente 1 milhão de alunos. A segunda edição do projeto iniciou no dia 24 de novembro de 2023, com a realização de palestras e panfletagem para os alunos do Colégio Avelino Antônio Vieira – Curitiba/PR. Além disso, foi realizada uma exposição aos professores(as) acerca dos procedimentos a serem tomados a partir da identificação de violência doméstica e familiar. Um segundo vídeo foi produzido para esta ação, e foi divulgado em todas as salas de aula da rede estadual na semana de 11 a 15 de dezembro de 2023 (TJPR, 2023, p. 12-13).

**Imagem 2: Realização de uma ação do projeto Cevid-Educatron em uma sala de aula da rede estadual**



Fonte: Relatório Anual de Atividades desenvolvidas pelo OIDH (TJPR, 2023, p. 13).

Sobre a temática relativa à resolução de conflitos no contexto escolar, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012, p. 12) indicam a importância da instância escolar e do trabalho pedagógico para a promoção dessa abordagem. Destacando que

[...] o conflito no ambiente educacional é pedagógico uma vez que por meio dele podem ser discutidos diferentes interesses, sendo possível, com isso, firmar acordos pautados pelo respeito e promoção aos Direitos Humanos. Além disso, a função pedagógica da mediação permite que os sujeitos em conflito possam lidar com suas divergências de forma autônoma,

pacífica e solidária, por intermédio de um diálogo capaz de empoderá-los para a participação ativa na vida em comum, orientada por valores baseados na solidariedade, justiça e igualdade.

As tecnologias podem ser consideradas recursos importantes no apoio a alunos e professores no cotidiano escolar. Como já mencionado, os direitos humanos são uma temática que precisa permear o cotidiano escolar, e o suporte tecnológico pode se tornar uma estratégia para a concretização desse objetivo educacional. Todavia, faz-se necessário uma ação pedagógica permeada de intencionalidade formativa, sem a qual o uso da tecnologia não encontra sentido e significado.

A estratégia do projeto consiste em incorporar a tecnologia nas relações de ensino-aprendizagem com vistas a trabalhar temáticas relativas aos direitos humanos e a resolução consensual de conflitos no ambiente escolar. Como uma modalidade atrelada ao meio educacional e permeada por agentes interinstitucionais, o projeto desenvolvido pelo observatório expressa a importância de alinhar os conteúdos de direitos humanos com assuntos que permeiam o cotidiano escolar.

Além disso, no que se refere à formação de professores, o projeto pode contribuir para a reflexão e o aprimoramento do processo de formação continuada dos docentes que abordam essas temáticas no ambiente escolar. Isso porque seu objetivo é disseminar informações sobre a prevenção e resolução de conflitos em uma sociedade historicamente marcada por violações de direitos e permeada por disputas e conflitos estruturais.

Outrossim, tem-se o projeto Sensibilização da Comunidade Escolar/Escolas Colaborativas resulta de uma ação colaborativa entre o OIDH, o Ateliê de Inovação e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas (GMF). Ele enfoca a cultura de paz e não violência, sendo destinado a toda a equipe pedagógica e de apoio, com o objetivo de beneficiar a comunidade escolar (TJPR, 2023). No relatório, é destacado o andamento das atividades desse projeto (Paraná, 2023, p. 14-15):

Em 2023, o OIDH promoveu a formação de 14 servidores(as) e estagiários(as) do TJPR que irão operar como facilitadores(as) nos colégios, garantindo, desta forma, a continuidade do projeto. Foram realizados, neste ano, 4 encontros síncronos de 3 horas, 14 ministrados pela servidora Adriana Accioly Gomes Massa (GMF), entre os meses de outubro e novembro. Após a formação, a facilitação será aplicada nos colégios do projeto Pesquisa-Ação Nas Escolas.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) estabelecem, no artigo 4º, as dimensões para a inserção de conteúdos históricos e

sociais associados aos direitos humanos no contexto escolar (Brasil, 2012, p. 20):

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

I - Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e o

V - Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

A proposta do mencionado projeto de discutir a temática dos direitos humanos no ambiente escolar é essencial não apenas para os estudantes, mas também para todos os membros da comunidade escolar, além de estar alinhada às diretrizes nacionais para o trabalho educativo em direitos humanos. Isso é necessário para garantir que as violações do passado não apaguem a possibilidade de construir uma cultura de direitos humanos, que pode ser alcançada e disseminada por meio da luta e do trabalho dos agentes envolvidos nos processos educacionais.

Nesse sentido, promover a formação de agentes para o trabalho educativo em direitos humanos é um foco do projeto. Essa estratégia pode contribuir para a formação docente, à medida que esses processos formativos são replicados nas escolas envolvidas. Além disso, o processo de formação docente deve reconhecer pluralidades, liberdade crítica, alteridade e debate de ideias, para promover, respeitar e valorizar a diversidade e os direitos humanos (Brasil, 2018). Como parte fundamental da formação docente proposta pelo projeto, a pluralidade de ideias e temas, como a cultura de paz e a não violência, permite trazer à tona uma temática frequentemente negligenciada e desconsiderada, especialmente no ambiente escolar, promovendo uma formação de professores que possa considerar a perspectiva multidimensional, integral e articulada que prevê as referidas diretrizes.

O último projeto descrito no material e em andamento é o "Se Liga na Justiça", realizado pelo OIDH em parceria com o Ateliê de Inovação, GMF, Ejud-PR, a Secretaria de Educação do Paraná (Seed-PR) e o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia

Universidade Católica do Paraná (PPGDHPUCPR). O projeto visa orientar as práticas de EDH e consolidar a cultura democrática, além de promover a formação da cidadania (TJPR, 2023).

O andamento do projeto envolve membros da comunidade educacional, por meio de ações que promovem atividades relacionadas ao direito e à justiça, em consonância com a solidariedade e a cooperação. Para garantir sua efetivação, o projeto desenvolve:

[...] palestras, workshops, visitas à estrutura judiciária, debates ou outras iniciativas que estimulem os alunos a pensar sobre questões jurídicas e sociais relevantes na sociedade atual. Os alunos poderão indicar os temas e assuntos a serem explorados durante as dinâmicas. Para a condução das atividades educativas, serão convidados magistrados, profissionais com experiência no campo jurídico ou especialistas, a depender do tópico em questão (Paraná, 2023, p. 16-17).

O cuidado com a formação dos profissionais no espaço escolar é um aspecto essencial, e a diversidade de ações previstas neste projeto reflete o compromisso de incluir todos os membros da comunidade nas questões relacionadas aos direitos humanos. Destaca-se também o potencial do ambiente educacional para enfrentar diferentes desafios e a importância de desenvolver iniciativas voltadas para situações reais, reconhecendo a educação como um caminho para a construção de uma cultura de direitos humanos no espaço escolar.

Além disso, o projeto permite que os alunos atuem de forma autônoma em sua aprendizagem, uma questão central defendida pela Educação em Direitos Humanos (EDH), que pode ser integrada nas ações de formação de professores. Como afirmam Silva e Tavares (2013, p. 55), “educar em direitos humanos potencializa nas pessoas o respeito ao ser humano e à sua dignidade, os valores democráticos, a tolerância e a convivência dentro das regras do estado de direito”. O projeto tem contribuições interessantes, sobretudo pelo caráter interinstitucional e interdisciplinar que orienta suas ações, podendo contribuir para a formação cidadã e a consolidação de uma cultura democrática, que devem ser prioridades no cotidiano escolar. De acordo com Guimarães e Iop (2018, n.p.):

A instituição educativa ainda necessita romper com suas origens e linhas de centralidade, seletiva, individualista e transmissora para revelar as manifestações sociais pertinentes a um contexto complexo e dinâmico que se apoia nas manifestações das diversidades da vida.

O entendimento da proposta apresentada pelo projeto envolve diversos agentes e dinâmicas, com o objetivo de promover o diálogo entre alunos e profissionais. Essa abordagem educacional permite que os professores participem ativamente desses momentos, refletindo sobre sua prática docente e, assim, o projeto contribui para a formação continuada desses profissionais, com vistas a

superar práticas didático-pedagógicas alicerçadas na centralidade e no autoritarismo, que são incompatíveis com os princípios da EDH.

Ao analisar as atividades descritas no relatório do OIDH, percebe-se que os valores da Educação em Direitos Humanos estão sendo contemplados. Para uma formação docente voltada aos processos educativos em direitos humanos, é essencial incorporar esses valores em todos os setores da sociedade, começando pela escola, e priorizando uma formação docente que integre cidadania, coletividade, respeito e emancipação humana.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões sobre a formação de professores para a Educação em Direitos Humanos (EDH) têm se intensificado e são cada vez mais exigidas, sobretudo nas políticas curriculares voltadas à formação docente. A referida formação deve seguir os princípios de solidariedade, cidadania, comprometimento com a emancipação e valorização dos direitos humanos.

Reconhece-se que ainda é necessário fortalecer a relação entre os currículos formativos dos docentes e os da Educação Básica, assim como é fundamental a atuação de programas e instituições que, em nível internacional, nacional e local, possam promover os direitos humanos e aos processos educativos relacionados a essa temática. O objetivo de garantir a EDH é assegurar que todos possam e devam tê-la, pois a educação é tanto um direito quanto um dever a ser cumprido.

Quanto aos programas em andamento, desenvolvidos pelo Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH), as alternativas e ações voltadas para a temática são coordenadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e por entidades parceiras, que atuam no ambiente educacional com o compromisso de integrar a EDH no cotidiano da comunidade escolar. Essas iniciativas demonstram como os conteúdos de direitos humanos podem ser inseridos nas salas de aula e entre os membros da comunidade escolar.

É importante compreender que, nessa relação entre direitos humanos e comunidade, há um elo de trocas e reflexões que permeiam todos os espaços da vida dos indivíduos. Criar essa cultura na sociedade, começando pela escola, com o apoio de instituições relacionadas à temática dos direitos humanos (como o TJPR), é fundamental. A vivência dos direitos humanos deve ser construída cotidianamente no contexto maior de consolidação de uma cultura de criação, respeito e promoção dos direitos humanos em todos os espaços sociais.

Essa atitude pode gerar motivação entre docentes, discentes e demais funcionários da escola, refletindo a emancipação e a cultura dos direitos humanos. A EDH é uma necessidade urgente em

uma sociedade que busca mudanças e transformações, e os processos formativos de professores precisam contemplar elementos que possam subsidiar uma prática didático-pedagógica capaz de formar em direitos humanos, um processo que vise formação omnilateral do sujeito.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 8/2012. **Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos**. 2012. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17631-2012-pareceres-do-conselho-pleno>. Acesso em: 1 fev. 2025. »  
<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17631-2012-pareceres-do-conselho-pleno>
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024.
- CANDAU, Vera. **Educação em direitos humanos: questões pedagógicas**. In: BITTAR, Eduardo (Org.). Educação e metodologia para os direitos humanos. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 285-298.
- CRISTALDO, Andréia Laura de Moura. A formação de professores para a educação em direitos humanos analisada sob a ótica da organização do trabalho didático: tecendo algumas considerações. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 60, p. 158–180, 2015. DOI: 10.20396/rho.v14i60.8640553. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640553>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cadernos CEDES**, v. 30, n. 81, p. 233–249, maio 2010.
- FERREIRA, Maycon Rangel Abreu; et al. Direitos humanos e Educação Profissional e Tecnológica. São Luís: IFMA, 2020.
- FERREIRA, Isabella Fernanda; MARTINS, Bárbara Amaral; LIMA, Cláudia Araújo de. Violência Escolar no município de Ladário - MS: um relato sobre formação para criação de observatório. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 90–107, 2021. DOI: 10.34024/olhares.2021.v9.11474. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/11474>. Acesso em: 8 fev. 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GATTI, Bernadette Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, out. 2010.

GUIMARÃES, Janaina; IOP, Maria Cristina Rigão. Formação Docente: Repensar o Pensamento. In: 2 Encontro Compartilhando Saberes, 2018, Santa Maria. Anais do 2 Encontro Compartilhando Saberes. Santa Maria: UFSM, 2018. p. 1-9.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em revista**, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso De.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007.

LIMA, Fernando Menezes, & LOUREIRO, Maria Dulcinea da Silva. (2023). Educação e direitos humanos: a necessidade da formação inicial e continuada de professores em e para os direitos humanos na contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 9(3), 1–20. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i3.8706>. Acesso em: 18 dez. 2024.

LIMA, Fernando Menezes; LOUREIRO, Maria Dulcinea da Silva. A EDUCAÇÃO EM E PARA DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 07, p. 9253–9288, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N7-099. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1271>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MACIEL. Talita Santana. Educação em Direitos Humanos na formação de professores (as). **Revista Interdisciplinar de direitos humanos**, v.4, p. 43-57, 2016.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Formação de professores e currículo: questões em debate. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 110, p. 35-50, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802992>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ROCHA, José Cláudio. Observatório da Educação em Direitos Humanos (OBEDHUC) e a Formação de Professores no estado da Bahia aspectos institucionais, epistemológicos, metodológicos e éticos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 13–26, 2017. DOI: 10.31639/rbpf.v9i16.159. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/159>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus; CASALI, Alípio Marcio Dias. CURRÍCULO E EDUCAÇÃO: ORIGENS, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA - Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/OlharProfr.v.12i2.207231>. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 207–231, 2010. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.12i2.207231. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1509>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013.

SILVA, Maiara do Socorro Borges da; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. Decolonialidade, Democracia e Arte da Pesquisa Sociopoética na Educação em Direitos Humanos. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3611>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SOUSA, Angélica Silva de; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

TIROLI, Luiz Gustavo; DE JESUS, Adriana Regina. Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC-Formação continuada. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–24, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.20732.066. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20732>. Acesso em: 18 dez. 2024.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: reflexões e proposições. **Cadernos de Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 8–28, 29 Dez 2020 Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15992>. Acesso em: 23 nov 2024.